

O COTIDIANO ESCOLAR E OS PROCESSOS DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO SCHOOL DAILY LIFE AND MANAGEMENT PROCESSES: CASE STUDY

Marivete Canal Marchezi¹

RESUMO: A cada novo ano letivo, novas expectativas, novas estratégias, novos objetivos. Espera-se que o desenrolar do planejamento ocorra de forma tranquila e sem intercorrências, porém, interferências podem se apresentar no decorrer do percurso. Foi o que ocorreu no ano de dois mil e vinte, quando o mundo foi surpreendido por uma pandemia ocasionada pela disseminação de um novo vírus do gênero Coronavírus, que ficou popularmente conhecido como Covid-19. Pela necessidade de distanciamento social, a pandemia ocasionou o fechamento dos estabelecimentos, entre eles, as escolas. O ensino precisou se reinventar, as aulas passaram a ser ministradas totalmente de forma remota, sendo um desafio para alunos, pais e professores. Diante da situação que se apresentou foi realizado um estudo de caso o qual teve por objetivo geral de elucidar como os professores e gestores adaptaram-se às mudanças impostas para evitar a contaminação pelo Covid-19. E ainda como objetivos específicos identificar as estratégias adotadas pelos gestores e professores para darem continuidade às aulas durante o distanciamento social, conhecer as dificuldades encontradas nessa readaptação e verificar as surpresas obtidas nesta forma diferenciada de desenvolver as aulas. Para tal foi utilizada a metodologia de estudo de caso no qual foram entrevistados os professores e a direção de uma escola pública estadual, por meio de um questionário eletrônico. Os resultados foram analisados a partir de três categorias, sendo elas, o currículo escolar, a gestão escolar e o Projeto Político-Pedagógico, tendo como aporte teórico a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases Nacional de Educação (1996), Gadotti (1994), Libâneo (2007), Paro (2020), Silva (2010), Veiga (2020), entre outros. No estudo pode-se perceber quão desafiadora é a adaptação a uma excepcionalidade até então nunca vivida.

827

Palavras-chave: Ensino Remoto. Pandemia. Currículo Escolar.

ABSTRACT: Every new school year, new expectations, new strategies, new goals. It is expected that the development of the planning will occur smoothly and without interferences, however, interferences may present along the way. This is what happened in the year two thousand and twenty, when the world was surprised by a pandemic caused by the spread of a new virus of the Coronavirus genus, which became popularly known as Covid-19. Due to the need for social distancing, the pandemic caused the closure of establishments, including schools. Teaching had to reinvent itself, classes were taught completely remotely, being a challenge for students, parents and teachers. In view of the situation this case study had the general objective of elucidating how teachers and managers adapted to the changes imposed to avoid contamination by Covid-19. And the specific objectives sought to identify the strategies adopted by managers and teachers to continue classes during social distancing, to know the difficulties encountered in this readaptation and to verify the surprises obtained in this differentiated way of developing the classes. For this purpose, the case study methodology used an electronic questionnaire to interview teachers and the management of a state public school. The results were analyzed from three categories: the school curriculum, school management and the Political-Pedagogical Project, having as theoretical support the Constitution of the Federative Republic of Brazil (1988), the Law of Directives and National Bases of Education (1996), Gadotti (1994), Libâneo (2007), Paro (2020), Silva (2010), Veiga (2020), among others. In the study, it can be seen how challenging it is to adapt to an exceptionality that has never been experienced before.

Keywords: Remote Teaching. Pandemic. School Curriculum.

¹ E-mail: mari@marchezi.com.br.

INTRODUÇÃO

Todo início do ano letivo nas escolas carrega inúmeros sentimentos, sendo comum a felicidade, a ansiedade, o medo, as dúvidas e a curiosidade. Os professores logo querem saber qual será a turma com a qual irá trabalhar naquele ano, qual é o número de alunos e tantos outros são os questionamentos que assolam as mentes dos professores. Na escola como um todo se organiza o calendário letivo, planejam-se as atividades e serem desenvolvidas com os alunos, as datas a serem comemoradas de maneira diferenciada, reorganiza-se os ambientes, planeja-se como administrar os recursos disponíveis, tanto materiais quanto pessoais, organiza-se os projetos a serem desenvolvidos com os alunos, entre tantas outras questões que todo o início de ano precisam ser pensadas e repensadas.

O ano de dois mil e vinte, iniciou como todos os demais anos. Reuniões pedagógicas, reuniões com Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres, planejamentos diversos rotineiros da Gestão Escolar. As aulas iniciaram, os alunos foram recepcionados e deu-se início ao andamento costumeiro do ano letivo. No entanto após poucas semanas de aula, algo de inusitado e inédito ocorre para abalar o andamento normal do ano letivo. Um novo vírus do gênero Coronavírus, que já circulava por alguns países do mundo, como China e Itália, chega ao Brasil, preocupando governantes e autoridades relacionadas à saúde. Faz-se necessário distanciamento social, um termo nunca ouvido antes e que abalou toda a estrutura do ano letivo. Uma nova realidade se instala nas escolas. As aulas precisam ser suspensas, mas os alunos não podem se desligar das atividades escolares, o ano letivo precisa ter continuidade, mas com estudos sendo realizados em casa, com aulas programadas e estudos dirigidos. Sendo uma situação jamais vivida nas escolas, este trabalho pretende verificar se e como a escola, gestores e professores, conseguiram reorganizar a rotina escolar. Torna-se relevante o estudo, pois é uma situação nunca vivida nas escolas e necessita-se analisar como é possível uma readaptação no planejamento sem muito tempo para organizar as mudanças.

Coloca-se então a questão: Como a escola, mais especificamente os professores se readaptaram a essa situação inédita da pandemia causada pelo Covid 19?

Mediante este, entre tantos outros questionamentos que se suscitam, enquanto estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi realizado o presente estudo de caso, em meados do ano de dois mil e vinte, com objetivo geral de elucidar como os professores e gestores adaptaram-se às mudanças impostas para evitar a contaminação pelo Covid19. Tendo como objetivos específicos identificar as estratégias adotadas pelos gestores e professores para darem continuidade às aulas durante

o distanciamento social, conhecer as dificuldades encontradas nessa readaptação e verificar as surpresas obtidas nesta forma diferenciada de desenvolver as aulas.

2 Referencial Teórico

2.1 Currículo

Quando pensamos em currículo de acordo com Silva (2010), pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que compõe o currículo está intrinsecamente relacionado com a nossa subjetividade, com aquilo que nos tornamos em detrimento do conhecimento que constitui esse currículo.

Um currículo busca modificar as pessoas que a ele se submetem, sendo assim é importante a reflexão sobre que tipo de pessoa se quer formar ao escolher os conhecimentos que integram o mesmo. Ele é sempre o resultado de uma seleção de saberes e conhecimentos.

As teorias do currículo, tendo decidido quais os conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados (SILVA, 2010, p.15).

Conforme Sacristán (2000, apud Heck, 2017, p. 152) o currículo pode ser entendido como algo que adquire forma e significado educativo à medida que sofre transformações dentro das atividades práticas, sendo que, enfatiza que as condições de desenvolvimento e realidade curricular precisam ser entendidas em conjunto.

O uso do currículo possui relações históricas com a prática escolar, de acordo com Heck (2017), o currículo, por essas relações, é entendido como um processo de organizar as práticas educativas, sendo que o seu significado pode ser dado pelos próprios contextos em que insere: contexto de aula, pessoal, histórico e político. Ele é uma forma de se ter acesso ao conhecimento por meio da construção cultural, sua elaboração é permeada por códigos pedagógicos.

Silva (2010) ressalta que talvez mais importante que definir a palavra currículo seria explicitar quais as questões buscam ser respondidas, sendo a questão central da teoria do currículo, saber qual conhecimento deve ser ensinado.

Aqui entra outro ponto que é discutido pelas teorias do currículo, de acordo com Silva (2010), as teorias tradicionais do currículo se preocupam somente com “o quê?”, enquanto que as teorias críticas e pós críticas, por sua vez, se preocupam com o “por quê?” de ensinar tal conhecimento, preocupam-se com as conexões entre saber, identidade e

poder.

As teorias curriculares transformam-se em mediadores entre pensamento e a ação na educação. Heck (2017) cita Sacristán que enfatiza que

Não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada, ou de ajuda ao desenvolvimento, de estímulo, e cenário do mesmo, o reflexo de um modelo educativo determinado, pelo que necessariamente tem de ser um tema controvertido e ideológico, de difícil concretização num modelo ou proposição simples. (SACRISTÁN, 2000, p.15, apud HECK, 2017, p. 152).

De certa forma as teorias do currículo, bem como o próprio currículo contribuem para a continuação das desigualdades e das injustiças sociais, dessa forma, contra essa dominação Giroux, s.d., apud Silva, 2010, p. 53), sugere que existem mediações e ações a nível de escola e currículo que podem ir contra os desígnios do poder e da dominação social, deve haver lugar para a oposição e a resistência.

O conceito de currículo, bem como o próprio currículo precisa ser repensado. Heck (2017), diz que para melhorar o ensino, faz-se necessário mudar os conteúdos, procedimentos e contextos de realização dos currículos, também acredita que só adiantará fazer reformas curriculares se estas forem ligadas a formação de professores, pois sua atuação está ligada ao papel que lhes é atribuído no desenvolvimento do mesmo.

830

De acordo com Gandin, [s.d.], Michael Apple, em sua obra, busca transpor os rígidos limites estabelecidos no campo do currículo:

Michael Apple, então, propõe que a educação e o currículo deveriam propor outras perguntas “o quê?” e “para ‘quem?’”. Estas novas perguntas, que não tratam o conhecimento e as práticas escolares comodadas, mas como uma realidade a ser criticamente examinada, representam uma ruptura com uma concepção dominante de currículo, vigente naquele momento. (GANDIN, s.d., p. 17).

A gestão educativa do currículo supõe a distribuição de competências sobre o mesmo entre os diferentes agentes sociais que nele intervêm e o recebem. Na sua ação, o professor deveser mediador do processo de construção pedagógica entre a cultura e o estudante, na qual há diferentes tipos de conhecimentos, os quais permitem estabelecer reflexões sobre a sua atuação profissional, o currículo se justifica na prática (SACRISTÁN, 2000, apud HECK, 2017, p.153).

Sob a perspectiva de Heck (2017), a prática pedagógica e currículo, ao constituírem-se como práxis, perfazem o estatuto de processo, sendo que, o currículo é o enfoque principal da educação e imprescindível à prática pedagógica.

2.2 Gestão Escolar

A concepção de gestão escolar sofreu uma série de alterações ao longo dos tempos. Algumas vezes para se adequar à legislação, outras para se adaptar aos novos cenários da educação.

Paro (s.d.) chama atenção para equívocos que são cometidos quando se conceitua gestão como administração. Ele coloca que quando se fala em administração se considera que há alguém que administra e alguém que precisa ser administrado, como se o ser humano não fosse capaz de administrar a si mesmo, de coordenar seu próprio trabalho. Dessa forma ele prefere conceituar gestão como utilização racional de recursos para alcançar determinados fins, levando em consideração todos os momentos e esforços necessários para atingir os objetivos.

Nos primórdios da administração escolar, Teixeira (1961) apud Libâneo (2007) dizia que um administrador escolar deveria apresentar especialidades como administrador, supervisor de ensino e orientador dos alunos.

Aparecem aí, duas linhas de administração escolar: a clássica-científica e a funcional-eficientista (RIBEIRO e MACHADO, 2003, apud LIBÂNEO, 2007, p. 10). A primeira representada por Teixeira (1997) e Ribeiro (1952) concebe a administração como atividade racional e científica, com objetivos e procedimentos bem delimitados. A segunda representada por Lourenço Folho (1963), a qual destaca que a elaboração dos objetivos requer estrutura e gestão eficientes, atribuindo sentidos funcionais para as atividades humanas (LIBÂNEO, 2007, p. 10).

A partir de 1980, novas tendências se instalaram nas escolas com o surgimento de novas teorias como a teoria crítico-emancipatória, a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, a Pedagogia histórico-social dos conteúdos, além dos estudos da Pedagogia Libertária, entre outras, passou-se a notar seus impactos nos meios educacionais. Libâneo (2007) relata que essas tendências criticavam a divisão de tarefas entre os profissionais de administração, supervisão, orientação e inspeção escolar, deixando para os professores apenas a função de executar a tarefa do ensino. Surge disso, a sugestão de formar professores a partir de uma base comum e a introdução de formas de gestão democrática, a qual prevê a participação da comunidade escolar, tanto interna quanto externa na administração da escola.

O princípio da gestão democrática é apresentado pelo texto da Constituição Federal em seu artigo 206,

- Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A descentralização do poder do diretor é uma das principais ações para garantir a gestão democrática. O princípio de gestão apresentado pela Constituição Federal é reproduzido também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) em seu artigo 14,

832

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

De acordo com Libâneo, a gestão democrática pode ser resumida como “participação”, entendida mais como forma de representação da comunidade, gestão de recursos financeiros, e menos como dispositivos gerenciais e técnicos de funcionamento da escola, reduzindo a especificidade dos processos efetivos de gestão, ou seja, o conjunto dos meios e condições de caráter intelectual, material, gerencial, financeiro de assegurar o processo de ensino e aprendizagem. Na verdade, os efeitos mais imediatos desse dispositivo legal foram: a instituição do projeto pedagógico e a participação de professores e pais na gestão da escola, está representada, na prática, pela constituição burocrática de conselhos escolares (LIBÂNEO, 2007, p.13).

As escolas passarão a exercer verdadeiramente sua função social a partir do momento que sua gestão for democrática no sentido de envolver realmente toda a comunidade escolar em seu processo administrativo.

A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico (GADOTTI, 1994, p.2).

2.3 Projeto Político Pedagógico

Um projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida (GADOTTI, 1994, p.1).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento muito importante para a vida da escola, de acordo com Veiga (s.d.), ele é um documento edificante e emancipador, é ele que dá ideia de uma organização de trabalho escolar de forma democrática e participativa.

Toda a escola precisa ter esse documento norteador, o Plano Estadual de Educação prevê em sua estratégia 1.16, que é necessário “Assegurar, pelos sistemas de ensino, que em 3(três) anos todas as instituições de educação infantil tenham formulado seus projetos político- pedagógicos e culturais e regimentos escolares, com a participação das comunidades envolvidas, adequando-os às normas dos respectivos sistemas de ensino;”

O projeto político-pedagógico da escola apoia-se no desenvolvimento de uma consciência crítica, no desenvolvimento das pessoas (comunidade escolar), na participação e na cooperação das várias esferas do governo, na autonomia, na responsabilidade e na criatividade como processo e produto do projeto (GADOTTI, 1994, p.3).

A construção do PPP deve dar-se de forma participativa e colaborativa, não cabe ao gestor ou a um grupo elaborar o documento de acordo com suas ideias particulares. A LDB, em seu artigo 14, parágrafo I estabelece “... participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;”.

Ainda sobre o envolvimento da comunidade escolar na elaboração e construção do PPP, o Plano Nacional de Educação em sua estratégia 19.6 prevê que se deva “estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.”

Da mesma forma essa participação está prevista no Plano Estadual de Educação em sua estratégia 2.13, a qual orienta “Incentivar e garantir efetivamente a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, fortalecendo os conselhos escolares com a presença das comunidades nas gestões escolares, bem como prevendo ações nos projetos político pedagógicos e regimentos escolares das instituições de ensino;”

Como afirma Gadotti (1994), a autonomia e a participação são pressupostos do

projetopolítico-pedagógico da escola. Essa participação deve ocorrer de forma ativa, não basta a presença física, a presença precisa ser sentida no conselho de escola ou colegiado, como também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas, recreativas. Não basta apenas assistir reuniões.

Afinal, como bem diz Veiga (s.d.), em sua entrevista, “quando criamos um sentimento de pertença, passamos a defender o projeto do qual participamos.”

Baseados nessa afirmação, podemos perceber a importância da participação ativa dos diversos segmentos da comunidade escolar. Esse pensamento, ainda se complementa com a ideia de Gadotti (1994) quando afirma que o projeto político-pedagógico da escola depende da usadia de seus agentes, deve ser construído de forma interdisciplinar e pode ser considerado como um momento importante da renovação da escola.

Os eixos norteadores da escola cidadã são: a integração entre educação e cultura, escola e comunidade (educação multicultural e comunitária), a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentamento da questão da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores (GADOTTI, 1994, p. 5).

Gadotti (1994), ainda afirma que um projeto político-pedagógico da escola deve constituir-se num verdadeiro processo de conscientização e de formação cívica; deve constituir-se num processo de repercussão da importância e da necessidade do planejamento na educação.

O aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. E para ele tornar-se sujeito de sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida (GADOTTI, 1994, p. 2).

3. Metodologia

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi o estudo de caso.

3.1 Coleta de dados

Para a coleta de dados deste estudo de caso, foi construído um questionário online utilizando a ferramenta tecnológica Google docs, contendo questões objetivas e subjetivas. Foi realizado um contato inicial com a direção da escola, a fim de obter a autorização e para conseguir os endereços de e-mail da diretora e das professoras da escola. De posse dos endereços eletrônicos, os formulários foram enviados e todos foram respondidos. O Projeto

Político Pedagógico da escola também foi analisado.

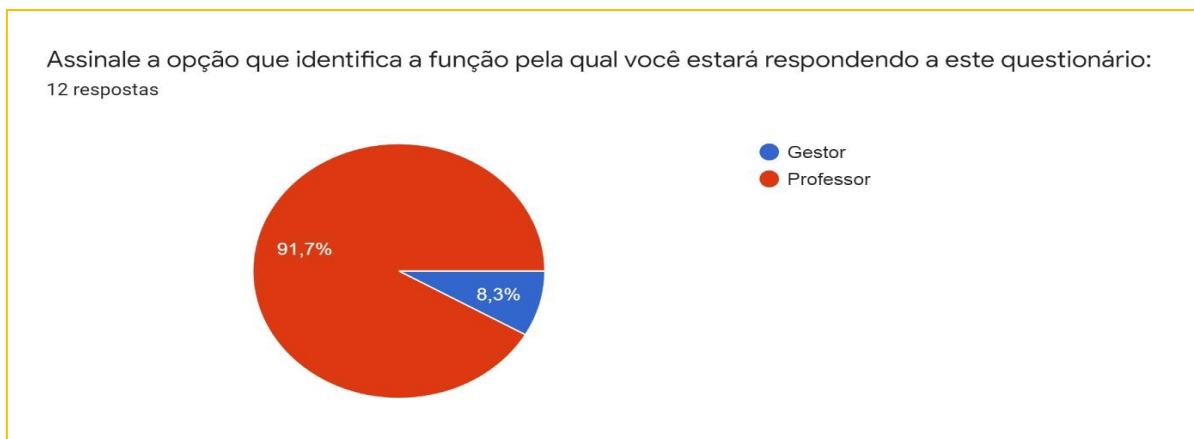
A escola será chamada de X e cada um dos professores que responderam ao questionário serão chamados aqui como P₁, P₂, P₃, ..., P₁₂.

O estudo foi desenvolvido a partir de uma análise qualitativa, considerando as categorias construídas a partir do referencial teórico, sendo elas: Currículo, Gestão e Projeto Político Pedagógico.

3.2 Participantes da pesquisa

O questionário foi respondido por 12 professores de uma escola da rede estadual de ensino de Casca/RS. Destes, 91,7% responderam o questionário pela função de professor e somente 8,3% (correspondente a uma pessoa) responderam na função de gestor (Figura 1). Essa escola, é uma escola do meio urbano, que atende alunos do Ensino Fundamental.

Figura 1: Função dos participantes da pesquisa.



Fonte: a autora (2020)

3.3 Análise de Dados

Os dados foram analisados a partir de três categorias, construídas com base nos dados no referencial teórico, descritas a seguir.

Categoria 1: O currículo diante das mudanças necessárias para adaptar as aulas e as atividades em decorrência do distanciamento social

Nesta categoria foi analisado como o currículo é percebido pelas professoras da escola diante de todas as mudanças que se fizeram necessárias em função da Pandemia pelo Covid-19.

Pelas falas dos professores podemos perceber que o currículo não é um documento pronto que não pode ser alterado, o currículo é flexível e deve ser adaptado conforme o

contexto em que será aplicado.

P5: O currículo deverá ser adaptado conforme a situação excepcional que vivemos, não há possibilidade de segui-lo a risca diante dessa situação.

P9: Difícil de ser contemplado no seu todo, mas deve ser considerado o que é mais importante. Muitos conteúdos novos, que são difíceis de o aluno compreender estudando à distância.

P8: Precisa ser muito adaptado em nível mais baixo do que nas aulas presenciais.

P12: O currículo deve ser reformulado conforme as necessidades. Está constantemente mudando, mas não deixando de serem trabalhados os conteúdos fundamentais para cada ano/série.

Por outro lado, houve também críticas referentes ao currículo e como ele é visto.

P11: Com muitas falhas, insegurança, muita cobrança.

O currículo envolve muito mais que os conteúdos a serem desenvolvidos, como afirma Silva (2010), quando pensamos em currículo, pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que compõe o currículo está relacionado com aquilo que nos tornamos em decorrência do conhecimento que o constitui.

A questão do currículo diz respeito a muito mais do que o que é ensinado, diz respeito também ao método e aos meios utilizados para a construção dos conhecimentos. Os professores relataram dificuldades nesta substituição das aulas presenciais pelas aulas à distância, via tecnologias de informação.

P3: A insegurança e a reprogramação das atividades num curto período, principalmente os primeiros 15 dias.

P6: Difícil alfabetização a distância, o traçado correto das letras a pronúncia dos sons para leitura, os alunos não querem realizar as atividades, os pais sem tempo, pois trabalham.

P8: A falta de acesso de alguns alunos e principalmente a grande dificuldade deles entenderem o que era pedido.

P11: Falta de recursos, distanciamento aluno e Professor, pouco interesse e comprometimento dos alunos.

Porém, também falam que houve descobertas e surpresas...

P1: Sempre podemos nos reinventar, utilizar outros recursos, métodos ou ferramentas para ensinar.

P4: Aprendizagem com novos recursos e meios de interação com os alunos.

P5: Aprender trabalhar com novas tecnologias.

P10: Que podemos superar adversidades, que somos capazes de fazer coisas maravilhosas mesmo que a distância e que fazemos falta no dia a dia dos alunos.

Categoria 2: A gestão escolar perante uma situação excepcional

Nesta categoria foi analisada a forma como a gestão conduziu a suspensão das aulas presenciais e a introdução das aulas à distância.

Pelas respostas dadas no questionário podemos perceber a postura do gestor desta escola em relação à condução e orientação dos procedimentos adotados em decorrência da necessidade de distanciamento social. Vejamos algumas das respostas quando questionados sobre a forma de condução por parte do gestor:

P2: Com responsabilidade e competência, tentando fazer o possível para que as tarefas chegassem até nossos alunos, objetivando manter o vínculo escolar.

P5: Conforme recebidas as orientações da SEDUC, a equipe diretiva acatou as recomendações e colocou-as em prática.

P7: Foram conduzidas de maneira clara e objetiva, tranquilizando a todos. Porém tendo que tirar de cada profissional a capacidade de fazer o que nunca tinha sido feito, em um espaço de tempo muito curto.

P11: Sempre comunicando e nos mantendo informados através das redes sociais.

P12: Organizado, dinâmico, com orientações da SEDUC.

A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade (GADOTTI, 1994, p. 2).

As escolas têm como tarefas a educação, o ensino e a aprendizagem dos alunos cumprem pelas atividades pedagógicas, curriculares e docentes, esse propósito é assegurado pelas formas de organização escolar e de gestão (LIBÂNEO, 2007).

Categoria 3: O conhecimento do Projeto Político Pedagógico pelo corpo docente da escola

Nesta categoria foi analisado o conhecimento do conteúdo do Projeto Político Pedagógico da escola por seu corpo docente, bem como foi analisado de o mesmo contempla situações excepcionais como a de distanciamento social ocasionada pela pandemia do Covid- 19.

Na análise pode-se perceber que 83,3% dos profissionais afirmam conhecer o conteúdo do PPP da escola, e 16,7% dizem não conhecer como se pode observar na **Figura 2.**

Figura 2: Conhecimento do conteúdo do PPP da escola



Fonte: a autora (2020)

Dos 83,3% professores que conhecem o conteúdo do PPP da escola, 90,9% afirmam que o mesmo não contempla situações iguais e esta que está sendo vivenciada, logo não orienta os procedimentos e metodologias a serem adotados (**Figura 3**).

Figura 3: O PPP da escola contempla situações excepcionais como o distanciamento social



Fonte: a autora (2020)

O projeto pedagógico da escola é por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola (GADOTTI, 1994, p. 2).

A pluralidade de projetos pedagógicos faz parte da história da educação da nossa época. Por isso, não deve existir um padrão único que oriente a escolha do projeto de nossas escolas (GADOTTI, 1994, p. 2).

A gestão democrática aparece como constrição legal e, ao mesmo tempo,

resume-se como “participação”, entendida mais como forma de representação da comunidade e os efeitos mais imediatos desse dispositivo legal foram: a instituição do projeto pedagógico e a participação de professores e pais na gestão da escola, está representada, na prática, pela constituição burocrática de conselhos escolares (LIBÂNEO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso objetivou elucidar a forma como os professores e gestores adaptaram-se às mudanças necessária em função da Pandemia causada pelo Covid19, pretendeu também identificar as estratégias adotadas pelos gestores e professores para darem continuidade às aulas durante o distanciamento social; conhecer as dificuldades dessa readaptação, bem como as descobertas nesta forma diferenciada de desenvolver as aulas. O currículo é visto como algo ser reformulado e adequado ao contexto de cada ano letivo. As mudanças, o novo, sempre é encarado como algo difícil, “assustador”, mas, apesar das dificuldades, os professores da escola, de modo geral, encontraram formas de enviar e desenvolver as atividades com seus alunos, seja por material impresso ou pelas redes sociais.

Pode-se perceber também a resistência de alguns alunos e pais, e, por que não dizer, também de professores. Outro fator que interferiu na readaptação das aulas foi a disponibilidade das famílias de terem dispositivos eletrônicos que permitem receber arquivos digitais e o acesso à internet. Este estudo apresentou alguns fatores limitantes, um destes foi o meu conhecimento e minha relação com esta escola, visto ser a escola onde eu trabalho, muitas vezes a tendência foi de responder e fazer as reflexões por mim não pelas respostas das colegas professoras. Esse estudo poderia se estender no sentido de verificar lá adiante se o aprendizado dos estudantes irá ocorrer de forma minimamente satisfatória, já que pelo que se está percebendo as aulas à distância se estenderão por um período mais longo do que o esperado. O estudo revelou que se faz necessário muito esforço e dedicação tanto por parte dos professores e do gestor, quanto por parte dos alunos e dos pais, afinal é uma situação excepcional e inédita, que envolve toda a população e cada um precisa fazer sua parte para que os estudos continuem sendo desenvolvidos e o aprendizado ocorra, seja por cópias impressas, seja por e-mail, por Whatsapp ou por plataformas digitais, sempre há de haver a colaboração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL, MEC. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2014.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano Estadual de Educação**. Porto Alegre, 2015.

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: **Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília, set 1994.

GANDIN, L. A. [s.d.]. **Michael Apple: a educação sob a ótica da análise relacional**. Pedagogia Contemporânea.

HECK, Miriam Ferrazza. Resenha - SACRITÁN, J. Gimeno. O Currículo: uma Reflexão sobre a Prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 2, n.3, p. 151-155, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil. **Revista Española de Educación Comparada**, Madrid, Espanha. n. 13, 2007.

PARO, Vitor H. **Gestão escolar democrática - Resumo da entrevista**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=14&v=-1rfDVq_A&feature=emb_title. Acesso em 03 jun 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VEIGA, Ilma Passo Alencastro. **Princípios Norteadores na Construção de um PPP**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=17&v=k_I6M3lW6ss&feature=emb_title. Acesso em: 14 jun 2020.